TERRAS PÚBLICAS — ALIENAÇÃO PELOS ESTADOS — RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL

-- A alienação de terras públicas do Estado requer ato legislativo que faça a indicação ou individuação do imóvel.

-- Interpretação dos arts. 35 e 55 do Decreto-lei n.º 1.202, de 8-4-39.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 958

Em 16 de maio de 1945 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Interventor Federal no Estado do Espírito Santo solicitou a V. Excia. autorização para que o Estado possa doar à Companhia Vale do Rio Doce S.A. áreas de terra necessárias à passagem de sua linha ferroviária.

2. O Decreto-lei n.º 1.202, de 8-4-39 (com as modificações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 5.511, de 21-5-43), que regula a administração dos Estados, dispõe no art. 35 que “a concessão, a cessão, a venda, o arrendamento e o aforamento de terras e quaisquer imóveis do Estado e dos Municípios ficam sujeitos, no que couber, às restrições impostas por lei no que diz respeito às terras e aos imóveis da União”.

3. O art. 55 desse decreto-lei, por outro lado, tornou expresso que somente continuariam em vigor as leis dos Estados que não contrariassem as leis federais, e estas firmam o princípio da inalienabilidade dos bens públicos.

4. Além destas restrições de ordem geral, fica o ato da autoridade local, em certos casos, dependente de licença do Presidente da República (art. 35, parágrafo único).

5. No caso em exame, dita licença se faz necessária porque a cessão pretendida é a título gratuito e por prazo superior a dez anos, e a beneficiária — Cia. Vale do Rio Doce — tem estrangeiros na sua administração (art. 35, parágrafo único, letras a e c).

6. As restrições vigentes com referência às terras e imóveis da União não foram, porém, observadas.

7. Os bens públicos da União somente se podem alienar mediante disposição expressa de lei (Cód. Civil, art. 67; Regto. Geral de Contabilidade Pública, Decreto n.º 15.783, de 8-1-22, art. 814, etc.).

8. Esta regra sofre as exceções que o legislador entende de abrir em cada caso concreto.

9. A Constituição de 1934, no art. 17, n.º IV, tornou inequívoco este princípio:

“E’ vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

IV -- alienar, ou adquirir imóveis, ou conceder privilégio, sem lei especial que o autorize;

10. A referência ao Estatuto de 1934 tem pertinência no caso, porque a lei estadual (n.º 1.711), em que se funda a Interventoria, é de 1929, e foi revogada por esta Constituição.

11. Conforme o entendimento dos comentadores, “a lei especial”, referida no texto constitucional, deve indicar ou individuar o imóvel, objeto da alienação (PONTES DE MIRANDA, *Com. à Const. de 34*, tomo I, p. 409; BENEDITO COSTA, *Pareceres*, 2.º tomo, p. 347).

12. Tendo a lei estadual n.º 1.711, de 1929, perdido a vigência por força da Constituição de 34, a revogação desta, pela de 10 de novembro de 1937, não implica, necessariamente, na restauração daquela.

12. E' regra legal, contida no art. 4.º, § 3.º, da nova Lei de Introdução do Código Civil (Decreto-lei n.º 4.657, de 4-9-42), que

“salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”.

13. Não há, no processo, qualquer referência à restauração da lei revogada. Também não foi indicada qualquer outra permissiva da liberalidade, por simples ato administrativo, praticado pelo Interventor à revelia dos órgãos que com elle cooperam no exercício da função legislativa.

14. E' preciso portanto, que o ato do Interventor revista o caráter de lei, o qual deverá indicar ou fazer a individuação do imóvel objeto da alienação.

15. Cumprida esta formalidade, nada obsta a que se conceda a autorização solicitada, dada a finalidade do empreendimento, que é a construção de uma linha férrea por uma empresa da qual o Estado é o maior acionista.

— Luís Simões Lopes, Presidente.

Aprovado. 17-5-45. — G. VARGAS.